

Literacia financeira: estudo aplicado a uma amostra de alunos de uma escola do 3.º ciclo do Ensino Básico e Secundário português

Financial literacy: an applied study to a sample of students from a Portuguese 3rd cycle school

Luís Pacheco¹, Eugénia Ribeiro², Fernando Oliveira Tavares³

Resumo: Este trabalho tem como principal objetivo estudar o nível de educação e formação financeira de uma amostra da população escolar da Área Metropolitana do Porto, em Portugal. O método utilizado é quantitativo e exploratório, tendo sido efetuado um inquérito a uma amostra dos alunos da população em estudo. A fundamentação teórica do estudo tem por base a consciencialização sobre a necessidade de formação nesta área, nomeadamente a implementação do Plano Nacional de Formação Financeira. Conclui-se que o currículo escolar deve facultar aos alunos as condições necessárias a fim de tomarem decisões financeiras informadas e conscientes ao longo da sua vida. Os resultados apresentam quatro fatores com relevância na formação e educação financeira de crianças e jovens: a família, a escola, o conhecimento sobre a poupança e o preço do dinheiro. Termina-se referindo que é necessário tornar a instrução financeira obrigatória no currículo escolar, aproveitando as boas práticas já implementadas noutros países.

Palavras-chave: políticas educativas; literacia financeira; educação financeira; cultura financeira; análise de componentes principais

Abstract: This work aims to study the level of financial education and training of a sample of the school population from the Metropolitan Area of Porto, in Portugal. The method used is quantitative and exploratory, it a questionnaire made to a sample of students. The theoretical basis for this study is based on the need for training in this area, namely the implementation of the National Plan for Financial Education. It is concluded

1 Doutor em Economia. Professor Associado na Universidade Portucalense – Infante D. Henrique, Departamento de Economia, Gestão e Informática. E mail: luisp@upt.pt.

2 Mestre em Finanças. Docente da Escola Secundária do Padrão da Légua. E mail: eugeniaribeiror@gmail.com.

3 Doutor em Gestão Industrial. Professor Auxiliar na Universidade Portucalense – Infante D. Henrique, Departamento de Economia, Gestão e Informática. E mail: ftavares@upt.pt.

that the school curriculum should provide students with the necessary conditions, allowing the individuals to make informed decisions and to understand the implications of their decisions on financial wealth. The results show that four factors are relevant in the training and financial education for children and young people: family, school, knowledge about the savings and the price of money. The paper ends stating that it is necessary to make financial education compulsory in the school curriculum, adapting the best practices already implemented in other countries.

Keywords: education policies; financial literacy; financial education; financial culture; principal components analysis

Introdução

A Literacia Financeira é hoje indispensável aos cidadãos para que possam atuar nos mercados financeiros de uma forma mais segura e responsável. No mundo globalizado em que vivemos, a maior integração financeira e os avanços tecnológicos provocaram uma complexidade crescente dos produtos financeiros. Produtos atrativos mas complexos e com um grande grau de risco, nem sempre visível aos consumidores, obrigam a que o cidadão se encontre informado para, em consciência, tomar decisões e fazer escolhas racionais que minimizem o seu sobreendividamento. A prevenção do sobreendividamento exige uma intervenção concertada em vários setores, quer sobre os devedores, quer sobre os credores. Neste contexto, a educação financeira dos jovens é uma prioridade absoluta, pois são agentes ativos da sociedade e constituem um potencial cliente para as instituições financeiras. Salientando-se neste artigo o papel do sistema de ensino, os adolescentes têm que ser formados para as questões económicas e financeiras, de forma a adquirirem uma relação saudável com o dinheiro, nomeadamente, competências para poupar e planear as suas despesas, tomar decisões e fazer escolhas financeiras devidamente ponderadas.

O presente artigo tem por objetivo estudar o nível de educação financeira de uma amostra da população escolar, procurando orientar a atenção para as lacunas existentes naquela matéria no sistema de ensino, e alertar para o tipo de formação a disponibilizar, de forma a serem ultrapassadas algumas das limitações identificadas. O artigo procura obter resposta às seguintes questões: 1 – Os alunos são capazes de planificar as suas despesas?; 2 – Os alunos são capazes de ultrapassar dificuldades financeiras?; 3 – Os alunos são capazes de decidir enquanto consumidores?.

O artigo encontra-se dividido em cinco secções. Na secção seguinte faz-se um enquadramento do tema onde é apresentado o conceito de literacia financeira e a sua relevância, sendo revista alguma da literatura mais relevante sobre o tema. A terceira secção apresenta um ponto de situação das iniciativas associadas à educação financeira desenvolvidas em Portugal na última década. Na quarta secção elabora-se a apresentação e análise da aplicação do questionário, onde serão descritos os passos desenvolvidos junto da população escolar, de forma a aferir o nível de literacia financeira. São analisados os resultados, onde são referidos os dados obtidos através do questionário sobre o nível de literacia financeira da população escolar, bem como, retiradas as conclusões. Por último, na quinta secção faz-se uma reflexão das medidas a tomar para a promoção da literacia financeira, que poderão ser aplicadas na superação das dificuldades detetadas pela aplicação do questionário e apresentam-se as conclusões finais.

1. Conceito e importância da literacia financeira

O estudo central deste trabalho, construído em termos de literacia financeira, apenas poderá ser amplamente compreendido se devidamente enquadrado e situado no conjunto das transformações sociais que têm vindo a ter lugar na sociedade contemporânea. Segundo Orton⁴, a “literacia financeira” consiste nos conhecimentos específicos relacionados com assuntos monetários, económicos ou financeiros, e nas decisões que o indivíduo é capaz de tomar sobre estes assuntos. O conceito de literacia financeira vai para além dos conhecimentos financeiros, habitualmente associados à gestão das finanças pessoais, envolvendo também a forma como esses conhecimentos afetam os comportamentos e atitudes de cada um de nós, no momento em que tomamos decisões. Esta falta de literacia financeira é considerada uma ameaça para a sustentabilidade dos sistemas financeiros e económicos, na generalidade dos países⁵. O conceito de literacia financeira começou a vulgarizar-se principalmente a partir da última década do século passado, devido à falta de conhecimentos financeiros dos indivíduos, o que os tornava inaptos para lidar com as suas questões financeiras de uma forma correta. A expressão “iliteracia financeira” aparece para designar essa falta de conhecimentos, aptidões e atitudes para gerir e tomar decisões corretas, quanto às finanças pessoais, passando o défice da capacidade individual para lidar com as finanças pessoais a ser considerado como uma ameaça para a estabilidade e o desenvolvimento económico e social. Ao mesmo tempo, o tema da literacia financeira foi incluído nas escolas e entrou na lista de preocupações dos governos e organizações internacionais⁶.

Uma outra forma de abordar esta temática, talvez até mais importante do que a definição de literacia financeira, é o de saber o que se entende por “educação financeira”. A OCDE define-a do seguinte modo: “A educação financeira é o processo mediante o qual os indivíduos adquirem uma melhor compreensão dos conceitos e produtos financeiros e desenvolvem as habilidades necessárias para tomar decisões informadas”⁷. Aquela organização recomenda aos países membros que promovam a educação financeira de uma forma justa, de forma a que se desenvolvam as competências financeiras dos indivíduos, baseadas em informações e instruções apropriadas e isentas de interesses particulares.

A educação financeira deve ser assumida como educação ao longo da vida, iniciando-se junto de crianças e jovens em idade escolar. Ao longo da sua vida, os indivíduos com níveis elevados de literacia financeira serão capazes de tomar decisões financeiras informadas, desde a gestão do seu orçamento, até ao planeamento de despesas e escolha de serviços e produtos financeiros adequados, passando pela aplicação das poupanças e o recurso ao crédito⁸. Uma das medidas a tomar na atual conjuntura económica é sensibilizar os cidadãos para a importância da poupança como forma de acumulação de riqueza necessária à satisfação dos objetivos de longo prazo, e não apenas para fins imediatos. Quanto ao acesso ao crédito, é importante sensibilizar a população para a adequada avaliação dos empréstimos com base na totalidade de encargos que lhe estão associados e também no perfil temporal das responsabilidades assumidas, em detrimento da ótica de curto prazo, que tende a realçar o valor mensal. Apresentamos a seguir três gráficos com a evolução da poupança bruta total das famílias, montantes depositados pelas famílias no sistema bancário e crédito concedido às famílias.

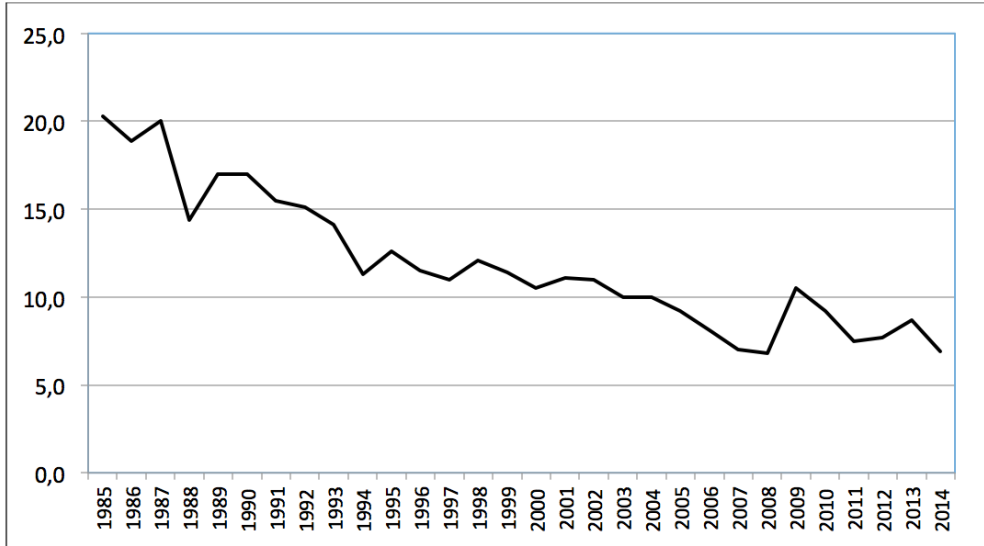
4 ORTON, 2007.

5 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – OCDE, 2005a.

6 Banco Mundial, 2013; OCDE, 2012.

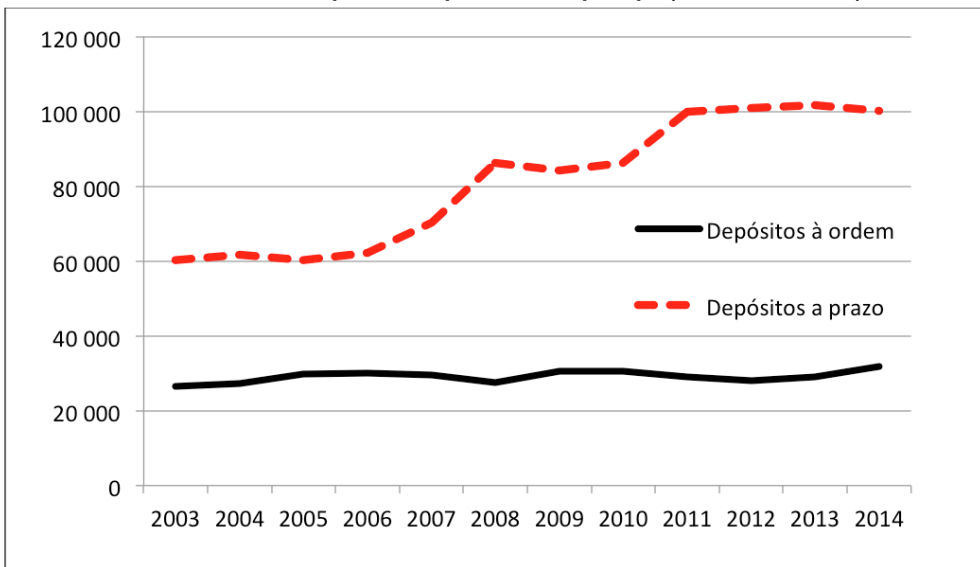
7 OCDE, 2005b: 13.

8 Braunstein e Welch, 2002.

Gráfico n.º 1 – Poupança bruta das famílias em % do rendimento disponível

Fonte: Pordata

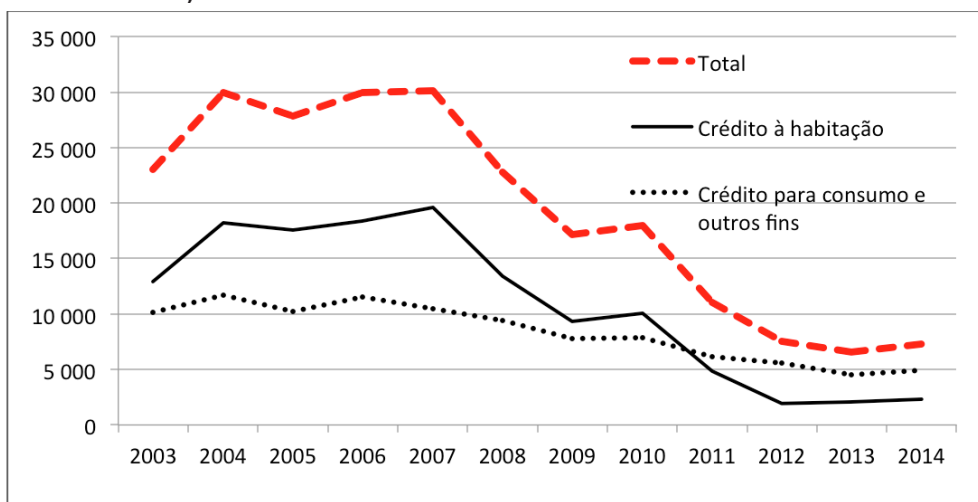
O Gráfico n.º 1 evidencia uma tendência decrescente da taxa de poupança bruta das famílias até 2007, tendo a situação a partir desse momento sofrido uma inversão, motivada certamente pelas tensões e receios criados com a crise financeira, embora mais recentemente se verifique um regresso à tendência histórica.

Gráfico n.º 2 – Montantes de depósitos de particulares: por tipo (milhões de euros)

Fonte: Pordata

Pela análise do Gráfico n.º 2 infere-se igualmente que, com a crise financeira e a instabilidade sentida nos mercados financeiros, nomeadamente, os de produtos de maior risco, as famílias têm vindo a canalizar as suas poupanças para aplicações de menor risco, nomeadamente, depósitos a prazo. Finalmente, o Gráfico n.º 3 evidencia a partir de 2007 uma queda abrupta do crédito concedido aos particulares, quebra essa mais acentuada ao nível do crédito à habitação, que começar agora a recuperar.

Gráfico n.º 3 – Montantes de empréstimos a particulares: total e por tipo de finalidade (em milhões de euros)



Fonte: Pordata

A educação financeira é uma tarefa relevante e necessária por várias razões. Em primeiro lugar, porque existem lacunas nos conhecimentos financeiros dos indivíduos. Isto tem uma série de consequências adversas, como um endividamento excessivo, a falta de poupança para o futuro, o uso improdutivo das poupanças e a pouca clareza sobre os benefícios que oferece a aplicação do dinheiro em atividades produtivas, a adequação de ativos às pessoas ou a educação dos filhos. Em segundo lugar, a falta de informação, combinada com a escassa penetração no mundo financeiro, fomentam o uso de serviços financeiros informais, com frequência desvantajosos e a custos elevados. Em terceiro lugar, o número e a complexidade dos produtos financeiros aumentaram notavelmente nos anos mais recentes, o que dificulta que as pessoas tomem decisões informadas que sirvam aos seus propósitos. Por último, a progressiva redução do papel do Estado na segurança social e a consequente necessidade de um maior envolvimento individual na formulação de planos de reforma ou de seguros de saúde. Portanto, a oferta de um nível adequado de educação financeira aos cidadãos, em qualquer etapa da sua vida, pode trazer vantagens em todas as idades, durante o seu ciclo de vida e a todos os níveis de rendimento, beneficiando igualmente a economia e a sociedade no seu conjunto⁹. Com destaque para os últimos dez anos, existem várias referências na literatura internacional sobre este tema. Autores como Todd (2002), Fox,

9 Jorge e Ferreira, 2011.

Bartholomae e Lee (2005), Dolvin e Templeton (2006), Volpe, Chen e Liu (2006), Worthington (2006) e Savoia, Sato e Santana (2007), Hathaway e Khatiwada (2008), Holzman, Mulaj e Perotti (2012) e Romagnoli e Trifilidis (2013) defendem que a educação financeira iniciada em idade precoce permite aos jovens obterem as ferramentas necessárias para se transformarem em consumidores habilitados a olharem para as questões financeiras como uma parte natural das suas vidas. A educação financeira nas escolas deve ser concebida como educação para a cidadania, pois a falta de alfabetização financeira pode condicionar a qualidade de vida futura dos cidadãos. Na última década, a OCDE tem promovido um debate intenso sobre a introdução de programas de educação financeira nas escolas, o que, para além das orientações e recomendações já referidas, levou à introdução de um módulo de literacia financeira no exercício PISA (*Programme for International Students Assessment*) de 2012, que foi repetido em 2015 e que visa a medição e comparação dos níveis de literacia financeira dos alunos dos países participantes¹⁰.

2. Principais desenvolvimentos da educação financeira em Portugal

Os programas de educação/ literacia financeira iniciaram-se nos EUA e no Reino Unido na segunda metade do século vinte, tendo-se progressivamente expandido para a Europa Continental, América e Ásia, sendo hoje uma realidade bem implementada em praticamente todas as economias desenvolvidas e emergentes¹¹. No caso concreto de Portugal, a promoção da literacia financeira é algo recente, destacando-se aqui o papel das instituições bancárias privadas, a par das entidades públicas.

Em 2008, o Banco de Portugal criou o portal do cliente bancário (<http://cliente bancario.bportugal.pt>), para reforçar as suas competências de supervisão comportamental. É um canal privilegiado de comunicação do Banco de Portugal com os clientes dos bancos e inclui informação relevante e útil para as operações financeiras do consumidor, legislação sobre a oferta de produtos e serviços bancários, glossário de termos financeiros e um conjunto de respostas e perguntas frequentes. Disponibiliza ainda simuladores de operações financeiras e formulários para reclamações. Em 2010, o Banco de Portugal (2010) lançou um inquérito à população portuguesa – Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa – tendo obtido os seguintes resultados de uma amostra de cerca de duas mil pessoas com mais de 16 anos: em termos de literacia, 91% dos inquiridos não sabia o que era a EURIBOR e 83% não sabia o que era um spread. O estudo concluiu que 39% da amostra não sabia o valor exato do spread do seu próprio crédito à habitação, sendo que 41% não chegava a saber o spread que paga pelo seu empréstimo. No que diz respeito à poupança, 48% dos inquiridos não fazia qualquer poupança, sendo que, destes 88% disse não possuir rendimentos que o permitissem fazer. Os resultados mostraram também que 54% dos inquiridos não controlava, pelo menos uma vez por semana, os movimentos da sua conta bancária. Quanto à contratação de produtos bancários, 79% dos inquiridos escolhia os produtos com base em aconselhamento de balcão ou de amigos, 56% não comparava as taxas de juro oferecidas para depósitos a prazo e 40% não comparava as taxas quando escolhia um empréstimo. Deve-se ainda referir que 43% dos inquiridos fazia pagamentos parciais utilizando o cartão de crédito, o que quer dizer que ficavam sujeitos ao pagamento de elevadas taxas de juro. Com estes fracos conhecimentos e comportamento da população em relação às suas finanças pessoais os resultados em termos de literacia eram pouco animadores.

¹⁰ OCDE, 2014.

¹¹ Banco de Portugal, 2013.

Partindo da análise do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa, os seus autores pretendiam, não apenas identificar os principais obstáculos à compreensão e melhoria da regulamentação do sistema financeiro português, mas também redefinir prioridades de formação para a implementação do Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF), apresentado em 2011 e dinamizado pelo Banco de Portugal em conjunto com os outros reguladores financeiros (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários - CMVM e Instituto de Seguros de Portugal - ISP). No médio e longo prazo, o PNFF identifica matérias de formação financeira dirigidas a alguns setores de atividade, sendo de destacar a realização em 2014 da primeira ação de formação de educadores e professores sobre o referencial de educação financeira. Aliás, em 2013, foi publicado o "Referencial de Educação Financeira"¹², resultante de uma associação entre o PNFF e o Ministério da Educação e Ciência português, que constitui um documento orientador para a implementação da educação financeira em contexto educativo e formativo. Com estas linhas de orientação pretende-se sensibilizar os cidadãos em geral, e os formadores em particular, para a importância da literacia financeira e impulsionar a participação e envolvimento de vários parceiros no desenvolvimento de iniciativas de formação.

A par das entidades públicas, a literacia financeira tem vindo a ser promovida em Portugal pelas diferentes instituições bancárias. Os bancos portugueses têm tomado medidas de promoção da literacia financeira, destacando-se especialmente os seguintes: Caixa Geral de Depósitos (CGD), Banco Espírito Santo (antigo BES, agora "Novo Banco"), Banco Barclays, Montepio e o Banco Comercial Português. A um nível mais institucional, a Associação Portuguesa de Bancos (APB), que representa o sector, apresentou em janeiro de 2012 um documento sobre a estratégia setorial da APB para a educação financeira, onde propõe o desenvolvimento de programas de literacia financeira, organizados por áreas de atuação e abrangendo toda a banca, com o objetivo de promover uma maior cultura financeira de forma a que os clientes utilizem melhor os produtos e serviços financeiros, de forma a que se obtenha um relacionamento mais transparente entre a Banca e a Sociedade.

3. Trabalho empírico

3.1 Metodologia de Investigação

A metodologia de investigação, consiste num processo de seleção de estratégias de investigação, que condiciona por si só, a escolha das técnicas de recolha de dados, que devem ser adequadas aos objetivos que se pretendem atingir e aos resultados que se irão obter se assumam como generalizações tendo por base uma população alargada, o que permite procurar tendências gerais dos seus comportamentos.

Na escola onde centramos a nossa investigação, identificar o nível de conhecimentos financeiros dos alunos e o conseqüente reflexo que isso tem nas suas vidas, especialmente no momento que atravessamos, constitui um contributo para inverter a situação, no caso dessas competências serem diminutas ou inexistentes. Procedemos a uma investigação de caráter exploratório, através de um inquérito por questionário, autoadministrado, entregue em mão, realizado numa escola do distrito do Porto.

A abordagem quantitativa, empírica¹³ baseou-se no inquérito por questionário, constituído por perguntas fechadas. Elegemos esta técnica, pois a nossa amostra é composta por estudantes do 3º Ciclo e Secundário e o nosso objetivo é também o de os alertar para a importância desta temática. Concordando que o questionário é tanto

12 Ministério da Educação e Ciência – MEC, 2013.

13 Albarello, 2005.

um ponto de chegada de uma reflexão como ponto de partida para análises ulteriores¹⁴, depois de termos procedido à delimitação do campo, determinação de um quadro teórico e de objetivos específicos, bem como a explicitação das hipóteses, através do inquérito por questionário aplicado na escola (população) aos alunos que frequentam o 3º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário (amostra). Após a recolha dos inquéritos por questionário devidamente preenchidos, procedemos ao tratamento estatístico dos seus dados.

Em consonância com a nossa questão de partida, definimos como principal objetivo a perseguir: refletir criticamente sobre a forma como podemos ajudar os jovens a despertar e manter o interesse pela educação financeira de forma a adquirirem ferramentas que os preparem para tomar decisões financeiras acertadas ao longo da vida.

A população do nosso estudo é constituída por 870 alunos que frequentam o 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário numa escola do distrito do Porto, concelho de Matosinhos, em Portugal, dos quais selecionamos 136 que constituirão a nossa amostra. O questionário dirigido aos estudantes inicia-se com o levantamento dos seus dados pessoais e familiares, no que diz respeito às habilitações dos pais e, de seguida, as questões centram-se nas suas conceções sobre as competências financeiras e sobre a transmissão desses conhecimentos quer por pais como por professores. O espaço em que a escola se insere tem características urbanas e na zona envolvente convivem bairros sociais, cooperativas habitacionais e outras áreas residenciais. O desenvolvimento urbano ocasionou a proliferação do setor dos serviços e comércio em detrimento das atividades agrícola e industrial. Refira-se que, segundo dados do INE, duas em cada três pessoas residentes no concelho de Matosinhos trabalham em atividades relacionadas com o setor dos serviços.

A fim de efetuar uma Análise de Componentes Principais da Análise Fatorial (ACPAF), seguiu-se os autores Pestana e Gageiro (2005) e Marôco (2013) que entendem que é uma técnica de análise exploratória que tem como objetivo descobrir e analisar um conjunto de variáveis inter-relacionadas, por forma a constituir uma escala de medida para fatores que de alguma forma controlam as variáveis originais. Assim, recorre-se à ACPAF para reduzir o grande número de variáveis consideradas, num número mais pequeno de fatores. As variáveis destinadas à análise multivariada provêm de questões obtidas através de respostas numa escala Likert de 1 a 5.

Tendo em conta a interpretação de Pestana e Gageiro (2005) para o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), ($0,9 - 1,0$) – Excelente; $0,8 - 0,9$] – Ótima; $0,7 - 0,8$] – Boa; $0,6 - 0,7$] – Regular; $0,5 - 0,6$] – Mediocre; $KMO \leq 0,5$ – Inadequada) analisa-se se este permite fazer uma boa Análise Fatorial e associa-se o teste de Bartlett para verificar o seu nível de significância. Se este for de $0,000$ leva-nos à rejeição da hipótese da matriz das correlações na população ser a matriz identidade. Assim consegue-se concluir pela adequabilidade da Análise Fatorial. Caso tal não se verifique deve-se reconsiderar a utilização deste modelo fatorial. Verificada a correlação entre as variáveis em ambos os testes anteriores, podemos prosseguir com a Análise Fatorial, onde iremos analisar o Alpha de Cronbach para verificar a consistência interna dos fatores. Os valores do Alpha de Cronbach, de acordo com George e Mallery (2003) têm a seguinte interpretação: $0,9 - 1,0$] – Excelente; $0,8 - 0,9$] – Bom; $0,7 - 0,8$] – Aceitável; $0,6 - 0,7$] – Duvidoso; $0,5 - 0,6$] – Pobre; $\leq 0,5$ - Inaceitável. Foi utilizado o modelo de rotação de fatores ortogonal devido à sua maior simplicidade, pois na rotação ortogonal a orientação original entre fatores é preservada, isto é, os fatores após a rotação continuam ortogonais. Para realizar a rotação dos eixos fatoriais utilizámos o método ortogonal Varimax com normalização de Kaiser, cuja finalidade, segundo Marôco (2013) é a obtenção de uma estrutura fatorial na qual uma e apenas uma das variáveis originais

está fortemente associada com um único fator, estando contudo, pouco associada com os restantes fatores, eliminando os valores intermédios, os quais dificultam a interpretação dos resultados.

3.2 Análise e Discussão dos Resultados

Dos 136 alunos que definimos, à partida, como amostra da nossa investigação, foram devolvidos todos os questionários, o que corresponde a uma percentagem de 100% que é aquela que, efetivamente, se considerará no estudo.

A amostra é constituída por 136 participantes, 61 (44,9%) do sexo masculino e 75 (55,1%) do sexo feminino, em que 24 (17,6%) frequentam o 7º ano do curso, 20 (14,7%) o 8º ano, 24 (17,6%) o 9º ano, 18 (13,2%) o 10º ano, 27 (19,9%) o 11º ano e 23 (16,9%) o 12º ano. A idade dos participantes varia entre os 11 e os 18 anos, tendo uma média de 14,58 e desvio-padrão de 1,872.

A Tabela n.º 1 apresenta informação sobre as habilitações académicas dos pais, sendo possível constatar que, em média, as habilitações académicas da mãe são ligeiramente superiores às do pai.

Tabela n.º 1 – Habilitações académicas dos pais dos alunos inquiridos (%)

	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Não sabe / não responde
Pai	6,6	11,8	20,6	36,8	3,7	16,2	2,2	0,7	1,5
Mãe	6,6	8,1	22,1	35,3	2,9	15,4	6,6	1,5	1,5

Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito à frequência de rendimentos dados pelos pais, os alunos inquiridos assinalaram, em primeiro lugar (43,4%), a resposta “sempre que lhes pedem”. Em segundo lugar (21,3%), surge o “semanalmente”, em terceiro lugar (19,1%, aparece o mensalmente (19,1%), em quarto e último lugar, surge o “não responde” (16,2%). No que se refere à titularidade de uma conta de depósito no banco, verifica-se que, 66,2% dos inquiridos possuem uma conta de depósito, enquanto que 32,4% não a possuem.

Relativamente aos assuntos falados com os pais durante a infância e adolescência apresentados na Tabela n.º 2, podemos verificar que 49,3% falavam por vezes sobre o assunto e que 27,9% falava de forma frequente. Já no que toca a “como poupar” e “razões para poupar dinheiro”, observa-se que é frequente falarem em família sobre o assunto, com valores de 72,1% e de 71,3%, respetivamente. Menos frequentemente, são referidas as questões do “planeamento de despesas”, de “como evitar o sobreendividamento” e dos “juros a suportar quando se contrai um empréstimo”.

Tabela n.º 2 – Assuntos relacionados com a poupança e despesa falados durante a infância e adolescência com os pais (%)

	Nunca	Raramente	Por vezes	Frequentemente	Sem Resposta
Como ganhar dinheiro	7,4	13,2	49,3	27,9	2,2
Como poupar dinheiro	0,7	4,4	21,3	72,1	1,5
Razões para poupar dinheiro	0	2,2	25,0	71,3	1,5
Como planear despesas	6,6	22,1	38,2	31,6	1,5
Como evitar sobreendividamento (excesso de dívidas)	18,4	21,3	30,1	27,2	2,9
Juros a suportar quando se contrai um empréstimo	24,3	30,9	28,7	14,0	2,2

Fonte: Elaboração própria

Da análise da Tabela n.º 3 podemos verificar que há assuntos que são frequentemente falados entre pais e filhos crianças e adolescentes, como para que serve um cartão de crédito, uma conta poupança ou um cheque, embora seja dada bem menos importância à Euribor e ao *spread* (preço do dinheiro).

Tabela n.º 3 – Assuntos relacionados com conhecimentos técnicos falados durante a infância e adolescência com os pais (%)

	Nunca	Raramente	Por vezes	Frequentemente	Sem Resposta
Uma conta depósito	8,1	14,0	47,1	29,4	1,5
Um cartão crédito	2,9	14,0	37,5	44,1	1,5
Um cartão de débito	16,9	13,2	38,2	28,7	2,9
Uma conta poupança	5,9	14,7	34,6	42,6	2,2
Um <i>spread</i>	50,0	24,3	18,4	5,1	2,2
Um cheque	3,7	14,7	38,2	41,2	2,2
A euribor	48,5	23,5	16,9	8,8	8,2

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à questão sobre se na escola estes assuntos (apresentados na Tabela n.º 3) foram abordados pelos professores, verifica-se que os inquiridos respondem, em primeiro lugar (39,7%) “raramente”, em segundo lugar (30,1%) “nunca”, em terceiro lugar (27,2%) “por vezes” e, em quarto e quinto lugar ex aequo (1,5%), respondem “frequentemente” e “sem resposta”. Já quanto à questão sobre se “sabes em que consiste um plano poupança reforma”, verifica-se que, em primeiro lugar, 41,2% dos inquiridos responde “mais ou menos”, em segundo lugar, 39,7% responde “sim” e, em terceiro lugar (19,1%), respondem “não”. Nas respostas à questão “sabes o que é um spread”, surge em primeiro lugar (69,1%) a resposta “não”, com 18,4% dos inquiridos a responderem “mais ou menos” e apenas 12,5% respondem “sim”. Relativamente à questão sobre se “sabes o que é a Euribor”, verifica-se também em primeiro lugar (58,8%) a resposta “não”, com 25% a responderem “mais ou menos” e apenas 16,2% a responderem afirmativamente.

Na Tabela n.º 4 são apresentados os resultados sobre a importância dada pelos alunos ao ensino por parte dos pais e da escola a fim de saberem lidar com o dinheiro. Com valores elevados, responderam concordar que é importante o ensino para saberem planificar as despesas, ultrapassar as dificuldades financeiras, decidir enquanto consumidores e entender o mundo em que vivem.

Tabela n.º 4 – Respostas dos alunos sobre a importância dos pais e da escola no ensino de como lidar com o dinheiro (%)

	Não responde	Não concordo/nem discordo	Discordo	Discordo em parte	Concordo em parte	Concordo
Planificar as suas despesas	2,2	3,7	1,5	0,7	9,6	82,4
Ultrapassar dificuldades financeiras	2,9	2,9	1,5	0,7	11,0	80,9
Decidir enquanto consumidores	3,7	2,2	0	1,5	19,1	73,5
Entender o mundo em que vivem	2,2	3,7	1,5	1,5	11,0	80,1

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à questão se “ao pensar nos seus bens, nas suas dívidas e nas suas poupanças, como classificam a sua satisfação quanto à sua situação financeira”, regista-se em primeiro lugar (44,1%) a resposta “boa”, seguida das respostas: “razoável” (36,8%), “muito boa” (10,3%), “não responde” (3,7%), “má” (2,9%) e “muito má” (2,2%). Quanto à questão sobre “quando pensas em potenciais investimentos financeiros, como classificas o teu à vontade para correr riscos”, 48,5% dos inquiridos respondem “médio” e 23,5% respondem “reduzido”.

No que diz respeito à questão “quando comparam as despesas com os seus rendimentos (semanada/mesada)”, verifica-se que 57,4% dos inquiridos indica que as despesas são inferiores aos rendimentos, enquanto que para 11,8% as despesas são superiores aos. Relativamente à questão sobre se “estão a poupar algum dinheiro para o seu futuro”, figura em primeiro lugar, com 83,8% das respostas o “sim”. Já relativamente à questão sobre se “nos últimos doze meses, o seu rendimento sofreu alguma diminuição”, 66,2% dos inquiridos

respondem negativamente, com 32,4% a responderem “sim”. Finalmente, em relação à questão sobre se “nos últimos doze meses, o rendimento dos seus pais sofreu alguma diminuição”, figura em primeiro lugar, com 44,9% das respostas, o “sim”, com 21,3% a responderem “não”. Assinale-se que 33,8% dos inquiridos responde “não sabe/não responde” a esta questão.

3.3 Análise fatorial exploratória

Para concluir se a Análise Fatorial é adequada, calculámos a estatística de KMO e realizámos o teste de Bartlett. Tendo em conta o valor de KMO (0,788), que segundo Marôco (2013) e Pestana e Gageiro (2005) permite uma ótima Análise Fatorial, e uma vez que o teste de Bartlett tem associado um nível de significância de 0,000, leva-nos à rejeição da hipótese da matriz das correlações na população ser a matriz identidade, mostrando assim que a correlação entre algumas variáveis é estatisticamente significativa. Podemos concluir pela adequabilidade da Análise Fatorial.

Verificada a correlação entre as variáveis em ambos os testes anteriores, podemos prosseguir com a Análise Fatorial, onde iremos analisar o Alpha de Cronbach para verificar a consistência interna dos fatores. Verificamos na Tabela n.º 5 que os valores próprios dos quatro fatores são todos superiores a 1 (critério de Kaiser). Foram efetuadas diversas tentativas para que o loading de cada variável fosse superior a 0,5, isto é, foram retiradas sucessivamente as variáveis com loading inferior a 0,5 (Tabela n.º 5).

Tabela n.º 5 – Variância total explicada

	Valores Próprios Iniciais			Extraction Sums of Squared			Rotation Sums of Squared		
	Total	% de variância	% acumulada	Total	% de variância	% acumulada	Total	% de variância	% acumulada
1	4,592	30,615	30,615	4,592	30,615	30,615	3,964	26,426	26,426
2	2,927	19,513	50,128	2,927	19,513	50,128	3,230	21,533	47,960
3	1,618	10,788	60,917	1,618	10,788	60,917	1,776	11,841	59,800
4	1,456	9,707	70,624	1,456	9,707	70,624	1,624	10,824	70,624

Fonte: Elaboração própria

Da Análise Fatorial resultou a extração de quatro fatores responsáveis por explicar 70,624% da variância total (Tabela n.º 5). A variância não explicada, de aproximadamente 29,376%, poderá estar relacionada com outros fatores menos relevantes, resultantes de outras combinações das variáveis. O Alpha de Cronbach indica-nos a consistência de cada fator tal como é apresentado na Tabela n.º 6.

Relativamente ao Fator 1, a observação das variáveis que contribuem para explicar este fator permite-nos concluir que estamos perante a educação e formação financeira efetuada pelos pais junto dos filhos enquanto crianças e adolescentes. O Alpha de Cronbach de 0,871 demonstra a boa consistência interna das variáveis do fator. No Fator 2, a observação das variáveis que contribuem para explicar este fator permite-nos concluir que estamos perante o ensino e educação financeira efetuada pela escola para que os jovens sejam capazes de lidar com o dinheiro. Este fator apresenta uma excelente consistência interna.

Tabela n.º 6 – Matriz das componentes

Fatores	Variáveis associadas	Componente				Interpretação dos fatores	Alpha de Cronbach
		1	2	3	4		
Fator 1	Sobre o que é uma conta poupança	0,823				Educação e formação financeira ensinada pela família durante a infância e adolescência	0,871
	Sobre o que é um cartão de débito	0,767					
	Sobre o que é um <i>spread</i>	0,742					
	Sobre o que é a <i>Euribor</i>	0,739					
	Para que serve uma conta depósito	0,718					
	Sobre o que é um cartão crédito	0,708					
	Sobre o que é um cheque	0,704					
Fator 2	De ultrapassar dificuldades financeiras		0,928			Educação e formação financeira ensinada pela escola durante a infância e adolescência	0,912
	De planificar as suas despesas		0,901				
	De decidir enquanto consumidores		0,883				
	De entender o mundo em que vivem		0,826				
Fator 3	Razões para poupar dinheiro			0,873		Poupança	0,797
	Como poupar dinheiro			0,869			
Fator 4	Sabes o que é um <i>spread</i> ?				0,854	Preço do dinheiro	0,688
	Sabes o que é a <i>Euribor</i> ?				0,843		

Fonte: Elaboração própria

No Fator 3, a observação das variáveis que contribuem para explicar este fator permite-nos concluir que estamos perante o fator poupança; isto é, as diferentes formas de poupar e as razões que nos levam a poupar. Este fator apresenta uma consistência interna aceitável. O Fator 4 apresenta o preço do dinheiro nas suas duas facetas: a taxa de juro e o *spread*. Este fator apresenta uma consistência interna aceitável.

Conclusão

A proposição inicial, que dá origem à pesquisa, apresenta como principal objetivo estudar o nível de literacia financeira da população escolar tendo como metodologia a aplicação e análise de um questionário aplicado a uma amostra de alunos do terceiro ciclo do ensino básico e secundário. Concluída a revisão de literatura sobre a nossa problemática, o questionário realizado englobou tanto a aprendizagem de comportamentos como de conhecimentos, bem como, atitudes e valores que os pais e a escola devem ensinar aos jovens em como lidar com o dinheiro de forma a serem capazes de planificar as suas despesas e a decidirem enquanto consumidores. Esta secção final apresenta as conclusões e tenta mostrar as melhorias que poderão ser introduzidas, no sentido de potenciar os conhecimentos dos alunos e, conseqüentemente, o bem-estar futuro dos mesmos.

Tal como referimos na secção 3, foi publicado no âmbito do PNFF o “Referencial de Educação Financeira” (REF), documento orientador para a implementação da educação financeira em contexto educativo e formativo. De acordo com o MEC (2013), o REF é de natureza flexível, não prescritivo, constituindo uma referência para a implementação da educação financeira nas escolas, desde a educação pré-escolar até ao ensino superior, com conteúdos adaptados, deixando em aberto a amplitude e a obrigatoriedade com que terá de ser utilizado pelas escolas e formadores.

A Análise Fatorial permitiu agregar em quatro fatores o conjunto de variáveis inter-relacionadas relevantes na educação e formação financeira de crianças e adolescentes. Dois fatores importantes na educação e formação financeira são a família e a escola, que são a pedra angular dessa formação. Mas existem outros fatores

preponderantes na educação e formação financeira que são a poupança (o perceber das razões de poupar e como poupar) e o preço do dinheiro.

O inquérito realizado tornou assim possível identificar as necessidades de educação financeira que são transversais aos alunos inquiridos, permitindo que pelas respostas constatássemos a existência de fortes falhas ao nível da literacia financeira. Este reconhecimento permitirá direcionar melhor a atividade futura da Escola de forma a preencher essas lacunas. Considera-se fundamental incutir nos inquiridos a importância da poupança como forma de acumulação de riqueza necessária à satisfação de objetivos de longo prazo e não para fins imediatos. É também necessária formação quanto às possíveis aplicações da poupança. No que se refere às dificuldades financeiras é necessário incutir nos alunos a necessidade de comparação e avaliação prévias dos produtos e serviços bancários, com base em critérios objetivos. O currículo escolar deve facultar aos alunos as condições necessárias à realização das escolhas e à tomada de decisões financeiras informadas e conscientes ao longo da vida. Deverá proporcionar aos alunos oportunidades de aprendizagem que promovam o seu desenvolvimento enquanto pessoa, com influência na sociedade a que pertencem e ainda como agentes com impacto sobre a economia e o ambiente. Trata-se de ajudar os alunos a compreender os conceitos de dinheiro e riqueza; como se cria e como circula para fazer funcionar a economia e ainda desenvolver o saber fazer a uma gestão eficiente do dinheiro, à identificação dos problemas relacionados e à tomada de decisões competentes.

Embora o REF deixe em aberto a aplicabilidade das ações de educação financeira, consideramos que esta deve ser incluída formalmente nas rotinas de educação, em casa e na escola. Para se criar uma educação financeira eficaz deve-se aproximar os pais da escola, pois são os pais que transmitem valores e hábitos de compra que começam em casa. O papel da escola é disponibilizar conceitos, como custos, poupança, características de um bom empreendedor, entre outros previstos no âmbito dos temas e subtemas apresentados pelo REF. Consideramos que devem ser implementadas estratégias nas várias áreas curriculares, com vista à superação dos problemas diagnosticados, porque só através destas competências é que os alunos conseguirão desenvolver autonomia em termos financeiros, levando à construção de uma identidade própria mais completa. Em Banco de Portugal (2013) são identificadas várias questões que dificultam uma implementação universal e eficaz dos programas de educação financeira nas escolas (introdução nos currículos escolares, definição dos conteúdos pedagógicos, formação de professores, disponibilização de materiais pedagógicos e papel do financiamento privado), sendo igualmente apresentada uma análise comparada das várias experiências internacionais nessa matéria, que se caracterizam pela sua diversidade. Aliás, tal como é também referido em MEC (2013), a implementação da educação financeira nas escolas coloca, desde logo, a questão da perspetiva a adotar para a sua abordagem, pois consideram que dificilmente existirá uma receita única e abrangente (por exemplo, uma disciplina, um módulo de formação, etc.) para ajudar os jovens a tornarem-se financeiramente mais capazes. Além disso, mesmo quando identificado o público-alvo ou a modalidade de formação, a metodologia tenderá a ser diversificada, na medida em que a educação financeira é um tema transversal e transdisciplinar da educação para a cidadania. Portanto, consideramos que para que registem progressos na instrução financeira é preciso torná-la obrigatória, sendo a forma mais segura de garantir que esse conhecimento seja transmitido a sua inclusão autonomizada no currículo escolar, aproveitando-se as boas práticas já implementadas noutros países.

Bibliografia

- ALBARELLO, L., DIGNEFFE, F., MAROY, C., RUQUOY, D., HIERNAUX, J.-P.; SAINT-GEORGES, P., 2005 – *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações.
- APB, 2012 – *Educação Financeira em Portugal: Realidade e Desafios* (Documento apresentado no Fórum Crédito e Educação Financeira – 25 de janeiro de 2012). Lisboa: Associação Portuguesa de Bancos. Disponível em: <www.apb.pt>.
- BANCO DE PORTUGAL, 2010 – *Relatório do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa*. Lisboa: Banco de Portugal. Disponível em: <<http://www.bportugal.pt/Documents/RelatorioInqueritoLiteraciaFinanceira.pdf>>.
- BANCO DE PORTUGAL, 2013 – *Relatório de Supervisão Comportamental 2012*. Lisboa: Banco de Portugal. Disponível em: <<http://cliente.bancario.bportugal.pt>>.
- BANCO MUNDIAL, 2013 – *Toolkit for the Evaluation of Financial Capability Programs in Low and Middle Income Countries*. Financial Literacy Education.
- BRAUNSTEIN, S.; WELCH, C., nov. 2002 – "Financial Theory: an overview of practice, research, and policy". *Federal Reserve Bulletin*.
- DOLVIN, S. D.; TEMPLETON, W. K., 2006 – "Financial Education and Asset Allocation". *Financial Services Review*, 15 (3).
- GEORGE, D.; MALLERY, P., 2003 – *SPSS for Windows step by step: A simple guide and reference*, 4ed. Boston: Allyn & Bacon.
- FOX, J., BARTHOLOMAE, S.; LEE, J., 2005 – "Building the case for Financial Education". *The Journal of Consumer Affairs*, 39 (1).
- HATHAWAY, I.; KHATIWADA, S., 2008 – "Do Financial Education Programs Work?". Working Paper n. 08-03. Cleveland: Federal Reserve Bank of Cleveland. Abril.
- HOLZMANN, R., MULAJ, T.; PEROTTI, V., 2012 – *Financial Literacy and Education in Low-and middle-income Countries: Measurement and Effectiveness? Knowledge management report of the Russia Trust Fund on Financial Literacy and Education*. Banco Mundial.
- JORGE, J. P.; FERREIRA, R., 2001 – *Manual de Finanças Pessoais*. Lisboa: Edição Babel.
- MARÔCO, J., 2013 – *Análise Estatística com o SPSS Statistics*, 6 ed.. Lisboa: ReportNumber.
- Ministério da Educação e Ciência (MEC), 2013 – *Referencial de Educação Financeira*. Lisboa: MEC. Disponível em: <www.todoscontam.pt>.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), jul. 2005a – *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*. OCDE.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), nov. 2005b – *Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies*. OCDE.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), 2012 – *Draft Recommendations of the Council on Guidelines for Financial Education in Schools*. OCDE/International Network on Financial Education.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), 2014 – *PISA 2012 Results: Students and Money: Financial Literacy Skills for the 21st Century*, vol. VI. OCDE. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264208094-en>>.
- ORTON, L., 2007 – "Financial literacy: Lessons from international experience". Canada: Canadian Policy Research Networks Inc.
- PESTANA, M.; GAGEIRO, J., 2005 – *Análise de dados para Ciências Sociais: A complementaridade do SPSS*, 4 ed. Lisboa: Edições Sílabo.
- ROMAGNOLI, A.; TRIFILIDIS, M., abr. 2013 – "Does Financial Education at Schools Work? Evidence from Italy". *Questioni di Economia e Finanza* (Occasional Papers). Banca d'Italia, n.º 155.
- SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A.; SANTANA, F., 2007 – "Paradigmas da Educação Financeira no Brasil". *Revista de Administração Pública*, 41(6), p. 1121-1141.
- TODD, R. M., 2002 – "Financial Literacy Education: a potential tool for reducing predatory lending?". *Federal Reserve Bank of Minneapolis – The Region*, 16, p. 6-13.

VOLPE, R., CHEN, H. e LIU, S., 2006 – "An Analysis of the Importance of Personal Finance Topics and the Level of Knowledge Possessed by Working Adults". *Financial Services Review*, 15, p. 81-98.

WORTHINGTON, A. C., 2006 – "Predicting Financial Literacy in Australia". *Financial Services Review*, 15, p. 59-79.